



Exma. Sra. Dra. Maria do Céu Antunes

Ministra da Agricultura

Praça do Comércio

1100-148 Lisboa

26 de junho de 2023

*Ref.º 02/2023*

**ASSUNTO: Pedido de Audiência**

Exma. Senhora Ministra da Agricultura e da Alimentação

Dra. Maria do Céu Antunes,

A conjugação da insuficiência do contingente de inspetores fitossanitários com a inadequação dos locais afetos, dentro das áreas portuárias, para a realização das inspeções, tem causado severos danos financeiros às entidades ligadas à importação de frutas e legumes e, conseqüentemente, à receita fiscal nacional. A extrema morosidade que se verifica, de há anos a esta parte, no cumprimento dos procedimentos legais para a certificação das mercadorias, causa um insustentável aumento dos custos operacionais que obrigam os operadores económicos a buscar alternativas mais competitivas, desviando assim as cargas para outros portos estrangeiros.

Dá-se o exemplo, a benefício da ilustração do problema, da importação de citrinos de verão que, tendo por destino final a vizinha Espanha, não conflitua com os interesses dos produtores nacionais – mas que, sendo desviada para portos do Norte da Europa, por força do problema exposto no ponto anterior, tem forte impacto económico já junto dos operadores nacionais, já do próprio Estado. Como ilustração da dimensão do problema, temos conhecimento que existem, à data, apenas 2 técnicos habilitados a fazer



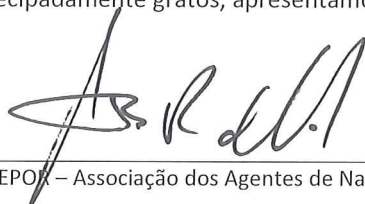
inspeções fitossanitárias afetos a toda a zona do Alentejo, o que é manifestamente insuficiente para as ambições de crescimento da região em geral e das infraestruturas portuárias em particular.

A possibilidade de movimentação dos contentores para armazéns privados, devidamente aprovados dentro das regras da tutela a que V. Exa preside, é uma possibilidade já regulada e que ajudaria a descongestionar as regiões com maiores fluxos de entrada. Contudo, verifica-se que a escassez de técnicos qualificados é um problema comum a todo o país e que resulta não só numa morosidade significativa no licenciamento de armazéns para esse efeito, como também na própria impossibilidade de realizar as inspeções nessas infraestruturas por falta de meios humanos.

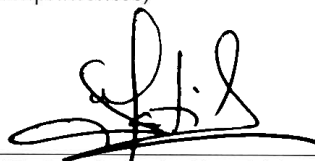
Conhecem os peticionários de como a dificuldade orçamental com que o Estado se debate, agravada pela difícil conjuntura que o País atravessa, dificulta a solução imediata do problema, mormente o recurso à contratação e formação de novos inspetores para reforçar o contingente atual. Há, não obstante, que considerar que o aumento de volume de entrada motivado por um processo mais célere e eficiente certamente compensaria os custos associados a esta medida. Além do referido, existe uma disponibilidade total do sector para estudar em conjunto com o ministério que V. Exa tutela, medidas que permitam garantir que a resolução deste problema não resultaria em impacto financeiro para o erário público.

Nestes termos, vêm as Associações Signatárias respeitosamente requerer a V. Exa se digne conceder-lhes uma audiência, em data propícia à sua agenda, para a discussão e resolução do problema aqui exposto em benefício do que entendemos ser o interesse nacional.

Antecipadamente gratos, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,



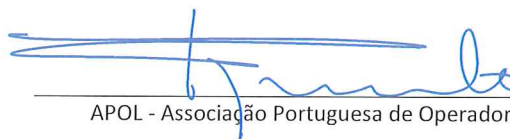
AGEPOR – Associação dos Agentes de Navegação de Portugal



APAT - Associação dos Transitários de Portugal



APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição



APOL - Associação Portuguesa de Operadores Logísticos



CPLS - Comunidade Portuária e Logística de Sines